



**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



**Limites e Possibilidades da  
Conservação de Parques  
Históricos: uma reflexão com foco  
na valoração dos bens culturais  
pelos residentes.**

Limits and Possibilities of Historic Parks  
Conservation: A reflection focusing on the  
valuation of cultural goods by residents

*Paulo José de Albuquerque Marques da Cunha, Instituto  
Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco-  
IFPE, arqpaulocunha@gmail.com*

## RESUMO

Desde a década de 70, no Brasil, várias iniciativas de implantação de Parques Históricos foram realizadas em áreas de grandes dimensões e bastante habitadas. Da criação, pautada em diagnósticos, inventários, planos de manejo e demais instrumentos legais, passando pela gestão, diversos fatores fizeram com que os objetivos não fossem atingidos em sua totalidade, tendo-se resultados pouco expressivos. Dentre os fatores, a indiferença da própria população local em relação ao bem cultural parece constituir-se um dos principais obstáculos para o êxito das ações. Potenciais guardiões do patrimônio, os próprios moradores terminam constituindo-se em vilões da conservação: destroem os monumentos, poluem o meio ambiente e deterioram a paisagem. Evidencia-se que falta, aos moradores locais, apego ao patrimônio; a ele, não é atribuído qualquer valor. É sobre este aspecto que o presente artigo propõe uma reflexão. Utilizando-se dos casos do Parque Histórico Nacional dos Guararapes-PHNG e do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti-PMAHC, ambos em Pernambuco, concentra-se em compreender os motivos que levam os residentes às escolhas de um bem, em detrimento do outro, como patrimônio que os identifica e que deve ser herdado às futuras gerações. Além disto, a partir desta compreensão reflete sobre os limites e possibilidades da conservação de parques históricos, quando o foco da questão é justamente a apropriação dos bens, por parte dos residentes, como patrimônio a ser preservado e protegido.

**Palavras Chave:** conservação; parques históricos; patrimônio; valor.

## ABSTRACT

Since the 70's, in Brazil, several initiatives of the implantation of Historic Parks have been carried out in large and quite inhabited areas. From the creation, based on diagnostics, inventories, management plans and other legal instruments, passing by management, several factors meant that the objectives were not reached in their totality, with little expressive results. Among the factors, the indifference of the local population to the cultural good seems to be one of the main obstacles to the success of the actions. Potential guardians of heritage, the residents themselves end up constituting themselves as conservation villains: they destroy monuments, pollute the environment and deteriorate the landscape. It is evident that local residents lack attachment to heritage; To it, no value is assigned. It is on this aspect that the present article proposes a reflection. Using the cases of the Guararapes-PHNG National Historical Park and the Armando de Holanda Cavalcanti-PMAHC Metropolitan Park, both in Pernambuco, it focuses on understanding the motives that lead residents to choose one good over another, As patrimony that identifies them and that must be inherited to the future generations. In addition, from this understanding, reflecting on the limits and possibilities of conservation of historic parks, when the focus of the question is precisely the appropriation of the assets, by the residents, as patrimony to be preserved and protected.

**Keywords:** conservation: historic parks; patrimony; value.

## INTRODUÇÃO

Utilizando-se dos casos do Parque Histórico Nacional dos Guararapes-PHNG (Foto 02) e do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti-PMAHC (Foto 01), ambos em Pernambuco, no Brasil, este artigo reflete sobre limites e possibilidades das ações de conservação em parques históricos habitados. Considerando a população residente como centro de convergência para êxito e sustentabilidade das ações, e tendo como foco da análise, a valoração dos bens pelos residentes, dele se apropriando, a reflexão proposta neste artigo inexoravelmente incorpora questões filosóficas e socioculturais. O valor está presente em toda experiência humana; ele é, assim como afirma Connor (1994), “inescapável”. O ato de valorar, modificar ou até mesmo negar valor é como uma espécie de lei da natureza.



FOTO 01: Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, a partir da Praia de Gaibu. Fonte: Secretaria Imprensa/Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, 2004.



FOTO 02: Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Fonte: Câmara Municipal do Jaboatão dos Guararapes, 2015.

Ainda que o reconhecimento do valor desses parques seja inconteste - como bem evidencia o tombamento do Parque Histórico Nacional dos Guararapes<sup>1</sup>, em 1961, e a adoção da data da Batalha dos Guararapes, que dá nome ao parque, como data comemorativa do Exército Brasileiro,

---

<sup>1</sup> Instituído em 1971 pelo Governo Federal, cuja área foi tombada pela União desde 1961, abrigando a Igreja de Nossa Senhora Dos Prazeres, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, desde 1938.

assim como a instituição do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti<sup>2</sup>, desde 1979, e seu posterior tombamento em 1999, quando se trata das ações de conservação, os resultados são desanimadores. O patrimônio material vem sendo, paulatinamente, deteriorado, ao mesmo tempo em que as memórias vão sendo esquecidas (Fotos 03 e 04).

Quando analisamos o histórico do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti-PMAHC, deparamo-nos com sucessivas intervenções e participação de diversos órgãos públicos. De 1975, quando o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife-PDI/RMR ressaltou a necessidade de um Plano de Preservação Ambiental Urbana para a área já tombada pelo IPHAN, até os dias atuais quando a gestão do parque passou a ser responsabilidade do Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros –SUAPE, as inúmeras ações conservacionistas produziram poucos resultados positivos<sup>3</sup>.

---

2 Instituído em 1979, tombado pelo estado de Pernambuco (FUNDARPE) em 1993, abrigando as Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e as ruínas do seu Convento, tombadas pela União (IPHAN) desde 1961.

3 1975: O Plano Diretor Integrado da Região Metropolitana do Recife - PDI/RMR, elaborado pela Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - Fidem, ressalta a necessidade de um Plano de preservação ambiental urbana com ênfase nas áreas históricas, com destaque para o conjunto constituído pela Igreja N. S. de Nazaré e as Ruínas dos Carmelitas. 1978: O Plano de Preservação de Sítios Históricos - PPSH/RMR, elaborado pela Fidem, define o sítio histórico Cabo de Santo Agostinho. 1978: A Lei Estadual n. 7.763, de 07 de novembro de 1978, cria a Empresa Suape - Complexo Industrial e Portuário, com autonomia administrativa e financeira. A área do Parque fica incluída dentro da poligonal a ser administrada por Suape. 1979: É criado o Parque Metropolitano de Santo Agostinho, através do Decreto Estadual no 5.554/79. No mesmo ano seu nome foi alterado para Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, através do Decreto no 5.765/79, homenageando o arquiteto, que lutou para transformar/instituir a área em Parque, dentro do Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial Portuário de Suape. 1980: Elaborados o Plano Diretor do Sistema de Parques Metropolitanos, pela Fidem, e o Plano de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, Vila Nazaré e povoados de Gaibú e Suape, pela Fundarpe. 1983: A área do Parque é considerada Zona de Proteção Cultural - ZPC, através do Decreto Estadual no 8.447 de 02 de março de 1983, 1983: Publicado no Diário Oficial do Estado e no Jornal do Comércio, o Edital de tombamento do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e da baía de Suape, elaborado pela Fundarpe, decorrente da polêmica causada pela construção do Complexo Portuário. 1985: Resolução do Conselho Consultivo do SPHAN aprova a poligonal de proteção envolvendo a Igreja de Nazaré e as ruínas do Convento Carmelita (13 de agosto de 1985). 1989: Suape celebra com a PREFASA- Empreendimentos e Construções LTDA, hoje Funcef, o Instrumento Particular de Permissão de Uso de Bem Imóvel a título oneroso, na área de 117 ha do parque, por 99 anos. Como contrapartida da cessão, o instrumento previa a obrigação da PREFASA de recuperar, conservar e manter os equipamentos e monumentos históricos existentes no parque. 1993: É homologado o Tombamento do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e da baía de Suape, através do Decreto no 17.070 de 16 de novembro de 1993. 1998: A Funcef executa as obras de acesso ao Parque e ao empreendimento hoteleiro, atualmente o Hotel Eco Resort Vila Galé do Cabo. 2000: Elaborado o Plano Estratégico do PMAHC, em cumprimento ao convênio n. 003/98 celebrado entre a Fidem, a Fade (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE) e a Funcef, com interveniência da empresa Suape, da Fundarpe e da CPRH. 2006: Elaborado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, pela Promotoria do Cabo de Santo Agostinho, tendo como objeto a administração do PMAHC. 2007: Implantação do Núcleo Administrativo do PMAHC – NAD, serviços de vigilância, execução das obras emergências de escoramento e consolidação das alvenarias da Capela Velha, pela Funcef. 2008: Diagnóstico da Flora, levantamento florístico, elaboração e implantação de projeto de reflorestamento para o PMAHC, pela Funcef. 2010: Execução de serviços e obras emergenciais de consolidação estrutural do Quartel do Forte Castelo do Mar, pela Funcef. 2010: Diagnóstico Socioeconômico e ambiental das localidades existentes no PMAHC, e o levantamento cadastral das edificações. 2011: Aprovado o Plano Diretor de Suape ( Decreto no 37.160/2011) que mantém o PMAHC como Zona de Proteção Cultural – ZPC. 2012: Instituído o Suape Sustentável, que se trata de um conjunto de estratégias, macro ações e ações que visam orientar a sustentabilidade do Território de Suape, sendo o Parque Armando de Holanda Cavalcanti uma das suas subáreas. 2012: O PMAHC é inserido na área proposta pelo Serviço Geológico Nacional (CPRM) para um futuro geoparque. 2012: Isolamento e cercamento do entorno do Quartel Velho, pela Funcef em colaboração com o 14o Batalhão Logístico. 2013: Atualização da base cartográfica, da área do Parque, por Suape. 2013: Iniciadas as ações conjuntas de Suape, Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, 18o Batalhão da Polícia Militar, CIPOMA e NAD para coibir as invasões na área do Parque, seguindo as recomendações do Ministério Público da Comarca do Cabo de Santo Agostinho.



FOTO 03: PMAHC – Quartel de Pólvora. Fonte: SEPLAN/Cabo, 2000.



FOTO 04: PHNG – Quiosques abandonados. Fonte: www.ufpe.br. Autor: Flávio Jordão

O caso do Parque Histórico Nacional dos Guararapes- PHNG praticamente não se difere do PMAHC. De 1938 aos dias atuais os órgãos responsáveis pela preservação e fomento do patrimônio, notadamente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, apesar de abnegados na missão preservacionistas, pouco conseguiram fazer para, ao menos, estancar a deterioração do patrimônio edificado, da paisagem e da memória<sup>4</sup>.

Apesar das particularidades que os diferem, os casos dos referidos parques podem ser estudados a partir de um ponto comum: em ambos, é evidente que apesar das sucessivas ações protecionistas, seu território permanece em constante deterioração. Aos residentes, o patrimônio parece invisível e, ignorado, está sempre sujeito ao abandono, ao esquecimento. Para eles, parece não haver algo a ser herdado, a ser transferido às futuras gerações. A despeito de tal herança, destaca Silva (2000):

4 1938- a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres foi tombada, no conjunto das primeiras edificações inscritas como monumento nacional. 1961- Foi tombada a área dos Montes Guararapes, após um movimento promovido por intelectuais. 1965- A área dos Montes Guararapes foi desapropriada dos beneditinos pela União Federal. 1971- Foi criado o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, subordinado ao IPHAN. 1979- Edição do Regulamento dos Parques Nacionais, o Parque Guararapes passou a ser caracterizado como área de preservação ambiental. 1982- O Governo de Pernambuco desapropriou área situada na divisa norte do Parque, visando à proteção da encosta do Morro do Telégrafo. 1987- Governo de Pernambuco criou o Grupo Executivo de Trabalho para a elaboração do Plano Diretor do PHNG. 1990- O Exército construiu dois mirantes, um no alto do Morro dos Oitizeiros e outro no morro leste do Outeiro dos Guararapes. 1993- O IPHAN realizou o cadastramento dos três assentamentos existentes na zona considerada de preservação rigorosa do Parque, que correspondem ao Alto João de Deus/Cemitério, o Córrego da Batalha e o Córrego do Balaio. 1997- Foi criada a Lei nº 9.497, que dispôs sobre a implantação e a gestão do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. 1998- A Secretaria do Patrimônio da União firmou o Termo de Entrega do parque ao Ministério do Exército. 2000- o Ministério Público Federal instaurou um inquérito civil público<sup>4</sup>, em virtude do não cumprimento da Lei nº 9.497, de 11/09/97. 2002- Por recomendação da Procuradoria da República, foi elaborado o Plano Diretor do PHNG. 2004- O Exército desenvolveu o Plano de Revitalização do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. 2005- o IPHAN desenvolveu o Sistema Cadastral Georreferenciado das Ocupações do PHNG, com a colaboração do 4º Batalhão de Polícia Especial do Exército, que realizou o levantamento de campo. 2007- O Plano Diretor do Município de Jaboatão dos Guararapes setorizou o território de interesse de preservação do Parque Guararapes em duas zonas: Especial de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural (ZHC1) e Zona de Superposição de Legislação (ZES). 2009- Prefeitura coordenou a elaboração do Plano de Ação do PAC-Cidades Históricas do Jaboatão dos Guararapes. O plano estabeleceu ações prioritárias para o município no período de 2009 a 2013. 2013- o IPHAN está executou a primeira etapa da Obra de Requalificação Paisagística do Parque Histórico Nacional Guararapes. 2013- Plano de Regularização Fundiária dos Assentamentos Habitacionais na Área de Domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Execução colegiada pela SPU, UFPE, IPHAN e Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes.

O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras (SILVA, 2000).

Se existe, portanto, uma seleção consciente, põe-se a nossa frente o desafio de entender as bases que motivam as escolhas. Como compreender a valoração de uma ruína em detrimento de outra, ou como compreender o desprezo de um bem, com inequívoco valor artístico, em detrimento de outro sem qualquer referência histórico-artística?

Os postulados de Alois Riegl, com a publicação de “Der Moderne Denkmalkultus”, em 1903, foram pioneiros na análise sobre o papel dos monumentos e suas formas de apreensão por determinado grupo. Para ele, não existiria o valor artístico absoluto, mas um valor histórico atribuído, no presente, pelo sujeito contemporâneo.

‘... A definição do conceito de ‘valor de arte’ deverá variar segundo o ponto de vista que cada um adote... O valor de arte de um monumento se mede pela maneira com que ele satisfaça as exigências da vontade artística moderna (RIEGL, 2014).

Assim, a atribuição de valor a um bem, tornando-o património, é entendida como uma construção social, pois se constitui uma idealização construída por um grupo (PRATS, 1997 in SILVA, 2002). Tal construção tem lastro na cultura e, portanto, nas memórias dos indivíduos que o compõe. As teorias de Maurice Halbacks (1990) a respeito das memórias coletivas também trazem contribuições às reflexões propostas pelo presente artigo. Para ele, as memórias, apesar de individuais, são estabelecidas em relações sociais e, portanto, conformam as memórias de um grupo, de uma coletividade. É o que Halbacks chamou de ‘comunidade afetiva’:

[...] para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser construída sobre um fundamento comum [...] (HALLBACKS, 1990)

Logo, não basta que indivíduos se identifiquem, individualmente com um bem, mas que se auxilie com memórias de outros, construindo uma memória de um grupo.

É nesse contexto que os grupos se identificam, conformando uma cultura comum. Com lastro nessa cultura é que são feitas, no presente, as escolhas do que se deve herdar às gerações futuras. Assim, como afirma Silva (2000) “aquilo que é ou não é património, depende do que, para um determinado coletivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras”.

Portanto, é justamente com a reflexão sobre estas escolhas, sobre a atribuição de valor aos bens, incorporando-o como património representativo de um grupo e, entendendo essa questão como essencial para o êxito das ações, que o artigo pretende contribuir sobre as a conservação dos parques históricos habitados.

## UM 'PATRIMÔNIO' PECULIAR

Ainda que a valoração e o cuidado dos bens existentes nos territórios analisados, por parte dos residentes, possam ser questionados, é incontestável, por parte da sociedade e dos órgãos de gestão do patrimônio, a consideração do acervo existente como patrimônio histórico/cultural, justificando sua guarda e proteção.

O Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti-PMAHC, situado no município do Cabo de Santo Agostinho, abriga um diversificado acervo de bens edificados e simbólicos. A ocupação do território confunde-se com a própria ocupação do país, quando em 1501-1502, após a descoberta de Cabral, a primeira expedição que percorreu detidamente o território brasileiro e determinou suas latitudes foi a Armada de Américo Vespúcio que em suas cartas à Corte descrevia o Cabo como o acidente geográfico de maior importância para os navegantes do séc. XVI.

Pelo Porto de Suape, com a perda de Recife e de Olinda para as armas da Companhia das Índias Ocidentais, em 1630, era feito o embarque do açúcar para o Reino e o abastecimento da Capitania em armas e munições. Esses motivos fizeram da região do Cabo de Santo Agostinho, depois do Recife, a área mais fortificada de Pernambuco. Para defesa do Cabo, segurança da barra e do porto, foram erguidas várias edificações militares. Apesar da descrição destes bens extrapolar o objetivo do presente artigo, é importante mencioná-los.

A primeira edificação militar da qual se tem notícia foi uma bateria construída, em 1630, na extremidade do Cabo sobre a entrada da barra com a finalidade de defender o Porto, a esta os holandeses chamaram Water Kasteel, ou Castelo do Mar (Foto 05). Como apoio ao forte, foi construído um pouco acima, o Quartel do Forte, hoje, em estado de ruínas (Foto 06). Logo depois, 1632, outras baterias foram erguidas: do lado Sul, as de São Jorge, onde existe apenas a ruína de sua base (Foto 07), e ao Norte, a de Calhetas, em situação parecida. Dentro da baía de Suape, em 1633, os portugueses iniciaram a construção do Forte do Pontal, concluído depois pelos holandeses, que o chamaram Van der Dussem.



FOTO 05: Forte do Castelo do Mar. Fonte: SEPLAN/Cabo, 2000.



FOTO 06: Ruínas do Quartel do Forte Castelo do Mar. Fonte: SEPLAN/Cabo, 2000.



FOTO 07: Ruínas da Bateria de São Jorge. Fonte: SEPLAN/Cabo, 2002.



FOTO 08: Ruínas do Forte São Francisco Xavier. Fonte: SEPLAN/Cabo, 2002.

Ainda neste cenário, está o mais antigo exemplar de conjunto edificado implantado no município, trata-se do conjunto Nazaré, situado no topo do Cabo de Santo Agostinho e citado nos relatos dos navegadores espanhóis. É formado pela Vila de Nazaré, a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, as ruínas do Convento Carmelita, as ruínas da Capela Velha, o Farol Novo e as ruínas da Casa do Faroleiro (Foto 08). Não se sabe a data exata de construção da Igreja de Nazaré, entretanto, sabe-se, que ela já existia no final do século XVI, quando servia de referência a navegadores. Um roteiro de navegação escrito em 1597, ao se referir ao Cabo de Santo Agostinho, dizia: "na ponta do Cabo, está uma ermida que parece uma vela branca".

Além deste vasto acervo edificado, geologicamente o promontório do Cabo representa a única região do Brasil onde afloram rochas graníticas de idade cretácea, quando ocorreu a cisão do continente sul-americano do africano; há cerca de 102 milhões de anos, a região do Cabo de Santo Agostinho foi palco de um intenso magmatismo que deixou uma vasta exposição de rochas, atualmente estas formações são objeto de pesquisas geocientíficas na região.

Dentre os atrativos, as paisagens existentes no Parque são os que exercem maior fascínio sobre os visitantes, formando visuais belíssimas entre o ambiente natural, o edificado e o histórico. As praias de Gaibu, Calhetas, Santo Agostinho e Paraíso exercem certo fascínio sobre seus visitantes devido à rara beleza paisagística dos lugares. A praia de Calhetas é uma âncora de atratividade turística e tem repercussão nacional.



FOTO 07: Praia de Calhetas. Fonte: SEPLAN/Cabo, 2002.



FOTO 08: Praia de Gaibu. Fonte: <http://viagem.uol.com.br>, consultado em 2016.

O Parque Histórico Nacional dos Guararapes-PHNG, situado no município do Jaboatão dos Guararapes, assim como seu vizinho PMAHC, também abriga bens edificados de incontestável

valor histórico. Também delimitado por um promontório, a área destaca-se por ter sido em seu território que ocorreu a Batalha dos Guararapes palco de um dos mais importantes episódios da História do Brasil. O conflito, no qual se uniram índios, negros e portugueses para expulsão dos holandeses do Nordeste do Brasil, é considerada a origem do Exército Brasileiro, que tem como data comemorativa, a data da vitória no combate.

No alto do morro, Foi construída no século XVII, em ação de graças pelas duas vitórias alcançadas pelos luso-brasileiros, nas batalhas travadas contra os holandeses, nos montes Guararapes, no dia 18 de abril de 1648 e 19 de abril de 1649, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes. Templo barroco situado no topo do morro, tombada pela União em 1938, a igreja guarda inúmeras obras de arte, além dos restos mortais de André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, dois dos heróis das batalhas ali travadas.



FOTO 09: Igreja Nossa Senhora dos Prazeres  
Fonte: <https://pt.wikipedia.org>, consultado em 2016.

## DEMANDAS SOCIAIS E UM 'INPHAME' NO CAMINHO

Encravados em áreas urbanas densamente ocupadas, os territórios dos parques herdam de suas comunidades, todos os problemas sociais e territoriais. Mais que isto, devido às limitações de ocupação impostas pelas legislações protecionistas, abrigam constantes conflitos de uso e ocupação do solo urbano. Em seus limites territoriais, apresentam-se ocupados por comunidades marcadas por explícitas fragilidades sociais.

No ano de 2002, com base no Censo de 2000, o Plano Diretor do PHNG estimou uma população de 30.000 habitantes e uma ocupação de 4,04 habitantes por unidade familiar no Parque Guararapes. Sobre essa população, o Censo indicou que 71,61% dos chefes de família tinham renda inferior a dois salários-mínimos. Apenas 9,3% estavam ligados à rede geral de esgotos e a coleta de lixo

domiciliar atendia apenas a 60% dos domicílios. No PMAHC, estima-se que 400 famílias ocupem a área do parque, tendo cerca de 160 assentadas em área de preservação rigorosa<sup>5</sup>.

Em ambos os casos, as demandas sociais são por infraestrutura básica, moradia e serviços essenciais de saúde, educação e lazer. Além disso, o perfil social traz um forte anseio por alternativas de geração de emprego e renda. Com tais demandas, qualquer ação preservacionista que vá de encontro às necessidades imediatas dos residentes, provocam conflitos entre moradores e órgãos públicos. Como exemplo recente, temos a experiência do próprio autor do presente artigo, que no exercício do cargo público na gestão município do Jaboatão dos Guararapes, em 2010, ao participar de reunião, juntamente com o IPHAN, Exército e Igreja Católica, para apresentação do Programa PAC-Cidades Históricas<sup>6</sup>, pôde ouvir dos moradores o manifesto de que não suportavam mais o “inphame” em suas localidades. O termo utilizado pelos moradores, em referência ao instituto de preservação, denota repugnância, algo detestável e, desse modo, explicita um intenso conflito entre os atores. Mais que isto, demonstra um distanciamento entre os interesses, impedindo qualquer ação integrada.

Construir ou ampliar suas moradias, seja para abrigar algum parente ou para implantar atividade mercantil, talvez seja o maior ponto de tensão. A área do parque, vigiada constantemente pelo Exército, testemunha o embate cotidiano entre moradores e militares sobre o uso e ocupação do solo. Enquanto os residentes tentam realizar reformas e melhorias em suas habitações, o exército tenta controlar e conter a ocupação.



FOTO 10: Forte do Castelo do Mar. Fonte: SEPLAN/Cabo, 2000.



FOTO 11: Ruínas do Quartel do Forte Castelo do Mar. Fonte: SEPLAN/Cabo, 2000.

No caso do PMAHC, o “inphame” é personificado no Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros-SUAPE. A empresa dispõe de agentes armados e motorizados que fiscalizam constantemente os limites dos territórios. As ações demolitórias são feitas quinzenalmente em ação conjunta com prefeitura e polícia militar<sup>7</sup>. O conflito entre residentes e gestores públicos não é diferente do que ocorre no Monte Guararapes.

<sup>5</sup> Dados do Complexo SUAPE e do Conselho Gestor do Parque.

<sup>6</sup> O PAC-Cidades Históricas é uma linha especial do Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal brasileiro. Foi lançado em 2009, em colaboração com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

<sup>7</sup> Dados do Complexo SUAPE e do Conselho Gestor do Parque.



FOTO 12: Construções Irregulares na área do PMAHC. Fonte: SEPLAN/Cabo, 2013.



FOTO 13: Cercamento da área de proteção rigorosa do PMAHC. Fonte: Blog do Magno, 2016

Tal contexto socioeconômico parece distanciar ainda mais os residentes do patrimônio existente. Diante de tanta fragilidade, as ações de educação ambiental parecem não surtir resultados. Para atender as necessidades imediatas, a população local, ocupa paisagens ambientais, destrói edificações históricas, polui o meio ambiente e, até mesmo, algumas memórias caem no esquecimento. As ações públicas, ainda que incipientes, têm se preocupado mais com os bens, do que com os residentes. Recentemente, em junho de 2016, o governo do estado, através da Empresa SUAPE, divulgou a ação de cercamento de um polígono de preservação rigorosa dentro do PMAHC. Com a obra, tenta proteger os bens, mas exclui os residentes. Assim, como afirma Goodey (2002, p.77), “nas políticas de revitalização dos centros históricos das cidades [...] certamente, tem sido dada mais atenção às edificações do que às pessoas que a deixaram para trás [...]”.

## **A ATRIBUIÇÃO DE VALOR E A UTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO COMO BEM DE CONSUMO**

A realidade local explicita uma questão que parece central para o desafio da Conservação Integrada nestes territórios. A população residente, que deveria constituir-se no principal ator para conservação e sustentabilidade dos locais, apresenta-se como um dos principais vilões da preservação. Sem a participação da comunidade local e, principalmente, sem a apropriação dos bens culturais como patrimônio a ser legado às futuras gerações, as ações têm se mostrado ineficientes. O desafio que se põe é como fomentar o interesse dos residentes pelos seus próprios bens culturais; como estimulá-los a interpretá-los; como encontrar valor?

Nos postulados de Alois Riegl, o valor de uso conceituado como a possibilidade de utilização de um monumento pode se apresentar como alternativa a ser explorada para a inserção da comunidade num processo de valoração. Ele é igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham recebido novos usos, inclusive museográficos (CHOAY, 2001). Assim, possíveis demandas por espaços para organizações e serviços sociais poderiam ser atendidas, fomentando o cuidado e a manutenção daquelas edificações. Entretanto, para ruínas e lugares repletos de simbolismos, nos quais a

utilização com novos uso é impossibilitada, devido a situação de degradação, a exploração deste valor não se aplica.

Para Lacerda (2012, p.50) associado ao valor de uso, podemos encontrar um valor econômico. Ele refere-se à valorização do bem após a sua recuperação. Considera o mercado como grande parâmetro para se aferir a 'valorização imobiliária'. Este também, na forma como apresenta Lacerda, não se constitui um valor a ser explorado aos bens sem capacidade de uso. Entretanto, com foco no valor econômico, podemos refletir sobre a utilização do patrimônio como estratégia para gerar dividendos, receitas, e com isto, desenvolvimento.

A exploração do patrimônio Cultural para desenvolvimento local tem sido, no meio acadêmico, tema presente, contraditório e longe de consenso. Sua utilização, especialmente pela indústria do Turismo têm gerado críticas e atraído estudos das mais diversas ciências.

A partir da década de 60, depois de descoberto o patrimônio como bem de consumo, houve uma grande euforia internacional por parte de agentes públicos, empresários e comunidades quanto às possibilidades de desenvolvimento advindas da sua exploração, especialmente pela atividade turística. Neste período, o Banco Mundial e as Nações Unidas passaram a recomendar, principalmente nos países ditos em desenvolvimento, a implantação desta indústria como alternativa econômica para superação das condições de pobreza e dependência às economias centrais. A ONU decretou o ano de 1967 como o Ano Internacional do Turismo. (CRICK, 1989 apud BANDUCCI; BARRETO, 2003).

No Brasil, nesta mesma década, a indústria cultural experimentava grande impulso, provocado pelo regime militar que na sua proposta procurava extinguir o desemprego e promover o desenvolvimento. Neste momento, a aliança entre patrimônio e turismo parecia ser uma relação perfeita, apresentando soluções para diversas questões econômicas e sociais, incluindo a salvação do "patrimônio" em função do seu aproveitamento econômico. A importância dada pelo poder público ao patrimônio cultural não se fundamentava apenas pelo reconhecimento do seu valor cultural, mas, sobretudo, pelo seu valor como mercadoria de consumo. Paralelo a isto, boa parte da sociedade passava a valorizá-lo como instrumento que promoveria a melhoria de qualidade de vida.

Hoje, não resta dúvida de que o turismo corresponde a uma atividade econômica de fundamental importância, situando-se entre os setores de ponta na captação internacional de divisas, especialmente para os países em desenvolvimento. É uma alternativa econômica poderosa, notadamente nas regiões dos trópicos, onde as paisagens diversificadas de rara beleza cênica, aliadas a um clima de poucas mudanças anuais permitem um fluxo contínuo de visitantes.

Entretanto, os impactos gerados pela atividade turística ao intensificar o uso do patrimônio cultural e a transformação dos lugares em produto turístico, suscitam as mais diversas críticas; para muitos, já existe uma certeza de que o turismo de massa está matando os lugares. Acredita-se que há um ciclo curto de crescimento e declínio manipulado pela indústria turística, que acaba deixando as localidades literalmente arrasadas, principalmente as litorâneas. (MURTA; ALBANO, 2002).

Vários são os exemplos em que se pode observar que a criação de lugares turísticos têm sido prejudicial aos locais, trazendo enriquecimento para a iniciativa privada (hotéis, agências e prestadores de serviços) e caos, pobreza e degradação para as comunidades. Em outubro de 2000, na Polônia, realizou-se a Conferência Internacional dos Restauradores, que, depois de quatro dias

de debates concluiu que uma das ameaças à manutenção da herança cultural é o turismo massificado e sem controle, uma vez que ele destrói a identidade de cada lugar (PINSKY; FUNARI, 2003).

O turismo, então, teria a capacidade de transformar qualquer apelo referente à tradição, ou a associação ao “atraso”, em mercadoria para ser vendida. O que não tem valor dentro do capitalismo é transmutado e transformado para venda pela atividade turística, isto transformaria manifestações em festas, espetáculos, alterando seu propósito e os valores culturais de quem participa (CANCLINI, 1983).

Ainda que na sua manifestação moderna, o turismo cultural, principalmente sobre a perspectiva acadêmica, é tido como uma atividade de rótulo depreciativo, como uma atividade alienante e sem autenticidade, esse pensamento está longe de ser hegemônico, para alguns autores, o turismo pode desencadear um processo dinâmico de construção e fortalecimento de identidades, colaborando decisivamente para valoração e proteção dos bens culturais.

Para alguns cientistas, o efeito da criação de produtos para a indústria cultural, ao contrário de significar perda de identidade, pode representar uma alavanca para a reidentificação e revalorização cultural. Em comunidades com situação socioeconômica precária, como são os casos dos parques estudados, a autoestima e valorização dos bens culturais, geralmente encontram-se fragilizados, e a possibilidade de desenvolvimento econômico pode fazer com que a comunidade ao buscar valores patrimoniais, se fortaleça e se reidentifique.

Nesse caso, o turismo inicialmente visto como cultura encenada, como tradição inventada para consumo, acaba penetrando nos interstícios do tecido social transformando-se em movimento cultural do presente, com interesse genuíno na valorização e no conhecimento do próprio passado (BANDUCCI; BARRETO, 2001). É essa possibilidade de ressignificação que pode ser base para que os residentes atribuam, com base em suas memórias, valor aos bens existentes, fazendo-os ressurgir do esquecimento e descaso. Para Nora (1993):

A memória é a vida, sempre carregadas por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Esta discussão, longe de chegar a um consenso, tem despertado interesse de estudiosos das mais diversas áreas; existem conflitos que configuram um processo de construção de conhecimento que estão ainda por construir subsídios para uma prática de planejamento sustentável. Enquanto algumas ciências analisam o fenômeno da exploração do patrimônio puramente sob o enfoque econômico e mercadológico, entendendo-o como uma atividade econômica, potencialmente geradora de dividendos, outras concentram suas abordagens nos impactos negativos causados por ele.

Sob a análise de economistas a atividade turística, ao explorar os bens patrimoniais, aparece como alternativa para ativar a entrada de divisas, para equilibrar a balança de pagamentos, para impulsionar o desenvolvimento econômico e dinamizar os mercados locais, beneficiando turistas e empresários do turismo e criando nas populações o imaginário de prosperidade, por outro lado, para sociólogos e antropólogos é preciso considerar a possibilidade de exclusão das comunidades locais, da possibilidade de aculturação, da degradação do meio ambiente ou mesmo de desequilíbrio ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a utilização do patrimônio como bem do consumo, com vistas a promover desenvolvimento sustentável nas localidades esteja longe de consenso, é inegável a sua capacidade de trazer, à exposição, bens –materiais e imateriais– que encontram-se em esquecimento e abandono. Se na situação anterior, apesar de tantos esforços protecionistas dos órgãos responsáveis pela sua preservação, encontravam-se em deterioração pelos próprios residentes, com a possibilidade de geração de dividendo, a população que o ignorava, agora o procura. Se antes, invisíveis, agora se apresentam como ‘tábua de salvação’.

Por outro lado, não se pode negar que o interesse econômico como principal motivação de sua utilização, pode trazer desdobramentos avassaladores sobre a cultura e a identidade dos lugares.

Assim, a utilização dos bens culturais deve encontrar caminhos para, ao promover desenvolvimento econômico local, constituir-se estímulo à proteção e preservação dos bens. Ainda que alguns ‘cenários’ possam ser construídos, a busca sempre se dará nas bases culturais existentes, presentes ou subterrâneas, na busca por singularidades que possam ser exploradas. É como disse Banducci (2001), “uma cultura encenada, mas a encenação provoca um resgate de cultura autêntica; a cultura inventada reinventando a identidade”.

Trata-se, portanto, da busca por um processo equilibrado cuja utilização econômica dos bens, faça com que os residentes lhe atribuam valor, e desta forma, considere-os patrimônio, dignos de serem protegidos, preservados e, ainda que ressignificados, sejam transmitidos às novas gerações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANO, Cecília; MURTA, Stela Maris (org.). Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG/Terra Brasilis, 2002.
- BANDUCCI JR, Álvaro; BARRETTO Margarita (org.). Turismo e Identidade local: uma visão antropológica. São Paulo: Papirus, 2001.
- CANCLINI, N. G. As culturas Populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ UNESP, 2001
- CONNOR, Steven. Teoria e Valor Cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1994.
- FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. Turismo e patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- GOODEY, Brian. Olhar Múltiplo na interpretação de lugares. In: MURTA Stela Maris; ALBANO, Celina. Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar (org.). Belo Horizonte, UFMG/Território Brasilis, 2002.
- KRIPPENENDORF, Jost. Sociologia do Turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

- LACERDA, Norma. Valores dos bens patrimoniais. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes. Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: CEDUC, n. 10, dez.1993.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p3-15. 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p200-212. 1992.
- RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014
- SILVA, Elsa Peralta da. Patrimônio e identidade: Os desafios do turismo cultural. Disponível em: <http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html>. Consulta em 14 de março de 2004